



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 4<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE 11 DE JUNHO DE 2024**

1 No dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã (horário de Brasília), por  
2 na Plataforma *Microsoft TEAMS*, por meio de videoconferência, foi realizada a 4<sup>a</sup> Reunião  
3 Extraordinária o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. Estiveram presentes,  
4 pelo Poder Público, a Presidenta do Conselho e Ministra de Estado da Igualdade Racial **Anielle**  
5 **Franco**; o Conselheiro Titular da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), **Marcos Fábio**  
6 **Cardoso De Faria**; a Conselheira Titular do Ministério das Cidades (MCidades), **Marilda Oliveira**  
7 **De Brio Cohen**; a Conselheira Titular do Ministério das Comunicações (MCom), **Ludymilla**  
8 **Cristinne Dos Santos Chagas** a Conselheira Suplente do Ministério das Comunicações (MCom),  
9 **Camilla Kely Pacheco Perpétuo**; a Conselheira Titular do Ministério da Cultura (MinC), **Mariana**  
10 **Braga Teixeira**; a Conselheira Titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura  
11 Familiar (MDA), **Ana Maria Sales Placidino**; a Conselheira Titular do Ministério da Educação  
12 (MEC), **Wilma De Nazaré Baía Coelho**; a Conselheira Suplente do Ministério da Educação (MEC),  
13 **Valquíria Santos Silva**; o Conselheiro Titular do Ministério do Esporte (MESP), **Daniel De Oliveira**  
14 **Piza**; a Conselheira Titular do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), **Ana**  
15 **Flávia Magalhães**; a Conselheira Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento  
16 Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o Conselheiro Suplente do Ministério do Meio  
17 Ambiente e Mudança do Clima (MMA), **Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues**; o Conselheiro Suplente  
18 do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), **Anderson Luiz Alves De Oliveira**; o  
19 Conselheiro Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Ronaldo Crispim Sena Barros**;  
20 a Conselheira Suplente da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), **Andréia Amorim**  
21 **Dias**. Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de  
22 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; o Conselheiro Titular  
23 da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho De Alcantara**

24      **Junior;** a Conselheira Titular da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Mãe Tuca**  
25      **D'Osoguiã;** a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis**  
26      **Nogueira;** O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER),  
27      **Afonso José Dias Gomes;** o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras  
28      (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres;** a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança  
29      Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera**  
30      **Beatriz Soares;** o Conselheiro Suplente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
31      dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Cleyton Silva de Araújo;** a  
32      Conselheira Titular do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS),  
33      **Jovanna Baby Cardoso Da Silva;** a Conselheira Suplente do Fórum Nacional de Travestis e  
34      Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), **Bruna Ravenna Braga Dos Santos;** a Conselheira  
35      Suplente do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Anna Maria Canavarro Benite;** a  
36      Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo;** a  
37      Conselheira Titular do Movimento Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra;** a Conselheira Suplente  
38      do Movimento Negro Unificado (MNU), **Karen Liliane Do Nascimento;** o Conselheiro Titular da  
39      Rede Amazônia Negra (RAN), **Paulo Axé;** o Conselheiro Suplente da Rede Amazônia Negra (RAN),  
40      **Ivo Gregório De Campos;** o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras  
41      e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumide Betinho.** Estiveram presentes, como Notório-Saber, a  
42      Conselheira **Zélia Amador de Deus;** Conselheiro **Wanderson Flor do Nascimento;** e o Conselheiro  
43      **Douglas Belchior.** Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-Executiva do  
44      Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago;**  
45      Coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho, **Híris de Paulo Martins,** e Assistente  
46      Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva.** A Presidenta do Conselho Anielle Franco  
47      agradeceu a presença de todos os conselheiros e conselheiras presentes na reunião e fez a leitura da  
48      ordem do dia. Em seguida, ressaltou a luta contínua e histórica do movimento negro em prol da  
49      igualdade racial e compartilhou preocupações sobre o vazamento de informações inverídicas  
50      relacionadas a deliberações do Conselho, ressaltou que episódios como esse podem enfraquecer a luta  
51      da promoção da igualdade racial e reforçou a necessidade de fomentar a cultura institucional no  
52      âmbito do Conselho, que é um dever de todos. Aproveitou para se desculpar sobre a informação  
53      fornecida na 86ª Reunião Ordinária de que a Marcha das Mulheres Negras ocorreria em julho de  
54      2025, que é o dia em que se celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e  
55      Caribenha, uma vez que a data da Macha foi adiada para novembro de 2025, mas ela não havia

56 recebido esta atualização até aquele momento. Reiterou que o Pleno do Conselho tem autonomia para  
57 definir a data da V CONAPIR e que a atual gestão do Ministério da Igualdade Racial tem  
58 compromisso com a realização desta Conferência da melhor forma possível. Por fim, passou a palavra  
59 para a Secretaria Executiva do Conselho, para introduzir o próximo item da pauta da reunião. A  
60 Secretaria Executiva Larissa Santiago informou que conselheiros pediram a palavra para tratar do  
61 assunto introduzido pela Presidenta do Conselho e leu a ordem de inscrição. O Conselheiro Nuno  
62 Coelho sugeriu que os comentários e manifestações sobre o teor da fala de abertura da Presidenta do  
63 Conselho sejam tratados no item de pauta já previsto sobre o acontecimento, tendo em vista a extensão  
64 da pauta. A Presidenta do Conselho Anielle Franco argumentou que os conselheiros e as conselheiras  
65 fossem ouvidos uma vez que já haviam se inscrito. A Conselheira Bruna Ravena cumprimentou o  
66 pleno e informou que a diretiva do FONATRANS se reuniu e decidiu por expressar seu  
67 descontentamento com o vazamento de documento não apresentado, sugeriu a abertura de processo  
68 contra o jornal que vazou a informação, sugeriu a instalação de Comissão de Ética para discutir  
69 possível falta de decoro para que se discuta a possível falta de decoro nesse vazamento que macula a  
70 imagem de todas as instituições do Conselho, por considerar o ocorrido como grave e que evidencia  
71 resquícios da extrema direita derrotados nas urnas no espaço de controle social. Considerou o fato  
72 como rasteiro e viu. Argumentou que as pessoas trans, negros e negras, que não tem nem sequer muita  
73 das vezes a atenção do Ministério, que sequer são escutadas muitas das vezes, tem que vir chamar a  
74 atenção das pessoas da esquerda para o bom senso, e não alimentar os inimigos. Apresentou pedido  
75 de desculpas da executiva do FONATRANS à Ministra Anielle Franco e a todos os servidores do  
76 MIR. Por fim, ressaltou que a instituição segue firme para a construção de um Brasil sem racismo,  
77 sem transracismo, sem racismo ambiental e com o direito à cidade para todos, todas e todes. Reforçou  
78 que o diálogo sempre será a tônica do FONATRANS. Informou que o posicionamento foi elaborado  
79 pela executiva da organização, que não está nada satisfeita com o MIR, mas prefere por um Brasil de  
80 fato plural e empretecido. Por fim, afirmou entendimento de que não caberia mais discussão sobre a  
81 nota, tendo em vista o vazamento e a construção que não foi coletiva e nem trouzida para a reunião. A  
82 Conselheira Byany Sanches cumprimentou a todos os presentes, apresentou retratação, uma vez que  
83 essa nota não refletiu a decisão e a discussão feita na reunião anterior, que o ocorrido atingiu a todos,  
84 mas que serve de reflexão para pensar o papel do Conselho. Afirmou que estão neste espaço para  
85 discutir a política pública, afirmar o controle social, afirmar o comprometimento desse Conselho com  
86 essa gestão, para firmar o apoio e comprometimento com a Presidenta do CNPIR, que era uma mulher  
87 preta que vem de um lugar de onde se sabe o que as mulheres pretas passam e a importância dela

88 nesse lugar. Reforçou a importância da presença da Ministra é fundamental, para que eles se sintam  
89 mais acolhidos e que esta nota não reflete o assunto discutido, não é oficial, não é do Conselho e que  
90 foi uma maldade política para atingir o Conselho e a Ministra. Por fim, argumentou que a RAN tem  
91 conhecimento das limitações, que está comprometida em construir conjuntamente com o Ministério  
92 e que tem pautas importantes para tratar no conselho, como o Comitê da Amazônia, o acolhimento e  
93 fortalecimento das mulheres negras da Amazônia, e que este acontecimento deve ser secundário e  
94 superado, para promoção da igualdade racial e organização da V CONAPIR. O Conselheiro  
95 Wanderson Flor do Nascimento argumentou que ainda estão no ponto de pauta da aprovação da  
96 ordem do dia e apresentou proposta de encaminhamento de inversão da pauta, para trazer a discussão  
97 da nota para o início da reunião e concluir, uma vez que já foi iniciado, que é um assunto que tem se  
98 prolongado e atrapalhado as discussões do conselho e que é grave pela inveracidade de informações  
99 veiculadas pela imprensa. A Presidenta do Conselho Anielle Franco acatou a proposta de  
100 encaminhamento do Conselheiro Wanderson e abriu votação. A Secretaria Executiva Larissa  
101 Santiago informou a aprovação da inversão da pauta por 22 votos. Segundo a ordem de inscrição, o  
102 Conselheiro Marcos Fábio cumprimentou os presentes, argumentou que o episódio serve como uma  
103 curva de aprendizado, que a situação ocorrida ataca a todos envolvidos, principalmente aqueles que  
104 tiveram acesso ao material. Informou que ele teve acesso ao documento apócrifo, uma vez que foi  
105 incumbido de revisar documentação a ser preparada, mas que não recebeu pelas vias institucionais e  
106 se negou a revisá-lo pelo conteúdo não condizer com o aprovado na plenária anterior. Por fim,  
107 apresentou pedido de desculpas à Ministra, à Secretaria Executiva do Conselho e à Secretaria-  
108 Executiva Adjunta do Ministério e registrou seu descontentamento com o vazamento. A Conselheira  
109 Mãe Tuca cumprimentou a todos, informou que não estava presente na última reunião, ressaltou que  
110 a nota fragilizou a instituição e solicitou que seu tempo de fala fosse concedido à Conselheira Maria  
111 Júlia, que é integrante da Mesa Diretora e estava presente na reunião. A Conselheira Maria Júlia  
112 cumprimentou a todos, ressaltou que as organizações têm mandato no CNPIR como resultado de um  
113 processo eleitoral, que o compromisso enquanto sociedade civil é discutir junto com o MIR como  
114 fortalecer a política de combate ao racismo. Reforçou a necessidade de trabalho conjunto com o  
115 Ministério, principalmente para a V CONAPIR. Argumentou, contudo, que não se pode negar o  
116 episódio ocorrido sobre o posicionamento assumido por uma pessoa da gestão que debateu e  
117 confrontou o Pleno do Conselho. Encerrou expressando seu descontentamento com o vazamento de  
118 uma nota apócrifa, mas ressaltando que não se pode negar o fato ocorrido e deliberado na reunião  
119 anterior. O Conselheiro Marcos Fábio pediu a palavra para ressaltar que ele e a Conselheira Elaine

120 foram designados para revisar, mas que o material seria escrito pelo Conselheiro Danilo. Segundo a  
121 ordem de inscrição, o Conselheiro Paulo Axé registrou que há um agravamento de relações entre o  
122 Conselho e a administração do MIR e que a consequência desse descontentamento foi o vazamento  
123 da nota. Relembrou que a RAN tem um requerimento que trata da instalação da política de igualdade  
124 racial na Amazônia legal por meio do comitê que foi aprovado e expressou descontentamento com a  
125 demora na instalação deste comitê, tendo em vista a necessidade de melhoria da condição da  
126 população negra na região da Amazônia, que é grande, empobrecida e maior parte da população é  
127 negra. A Conselheira Zélia Amador cumprimentou a todos, reforçou a necessidade de recomposição  
128 da confiança entre os pares, concordou com o encaminhamento da Comissão de Ética proposto pelo  
129 FONATRANS, argumentou que não entende que houve escuta de ambos os lados do fato gerador da  
130 nota e que perdeu a confiança nos pares. A Conselheira Ana Maria Placidino cumprimentou o pleno  
131 do conselho, apresentou cumprimentos do Secretário Milton Cerqueira da SETEC/MDA e registrou  
132 a necessidade de resgate de confiança, que o Pleno não pode permitir que esta nota macule a confiança  
133 nos pares e que confia na maturidade dos conselheiros, que são históricos na luta de promoção da  
134 igualdade racial. Em seguida, destacou o trabalho que o MIR tem feito junto ao MMA, MDA e MDS,  
135 por meio do secretário Ronaldo, da diretora Luzi e da coordenadora Eloá nas questões relativas à  
136 situação dos povos e comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul. A Conselheira Elaine Silva  
137 cumprimento o Pleno, pediu desculpas a Ministra pelo ocorrido, ressaltou que a ação foi tomada sem  
138 conhecimento dela e do Conselheiro Marcos, pois eles não foram procurados pelo Conselheiro  
139 Danilo. Ressaltou que chegou a receber duas versões de carta, mas que uma foi deletada e que a  
140 segunda foi debatida internamente na organização que representa, que decidiu não proceder com a  
141 revisão por entender estar em desacordo com a deliberação do Pleno do Conselho e que a nota expõe  
142 não só o Ministério, mas o Conselho e as organizações. Argumentou sobre a necessidade de  
143 reconstruir o laço de confiança enquanto Conselho e a articulação junto com a gestão do MIR,  
144 concordou com a proposição de retirada da nota e reforçou a necessidade de maior participação do  
145 MIR na condução das reuniões do Conselho. O Conselheiro Igor Prazeres saudou os pares, lamentou  
146 o vazamento acontecido, caracterizou o caso como inescrupuloso e afastou qualquer hipótese de  
147 responsabilidade da CONEN, organização histórica na luta pela promoção da igualdade racial, neste  
148 vazamento. Relembrou que houve um fato na reunião anterior do Pleno que não pode ser esquecido,  
149 mas que deve ser tratado por meio de diálogo fraternal e interno. Argumentou sobre a necessidade de  
150 ajustes de ata sobre aprovação ou não de nota de repúdio, uma vez que a maioria dos conselheiros  
151 presentes se posicionaram pela revisão desta deliberação e pela instalação de Comissão de Ética,

152 deliberações que não discorda. Expressou que não concorda que a atitude isolada de uma  
153 representante da gestão do MIR seja generalizada e macule a imagem de todo o Ministério. Encerrou  
154 dizendo que a CONEN repudia o vazamento, solicita que haja retratação sobre a nota veiculada, mas  
155 que também haja retratação pela atitude adotada na reunião anterior do Pleno. A Presidenta do CNPIR  
156 Anielle Franco argumentou que verifica um entendimento coletivo de que o episódio provocou certa  
157 fragilização. Expressou que o Ministério está sempre aberto a críticas para melhorias, enaltecedo o  
158 papel do controle social sobre as políticas, entretanto que o vazamento representa uma postura  
159 antiética e não se confunde com crítica. Em seguida, passou a palavra para a Secretária Executiva do  
160 Conselho para votação dos encaminhamentos apresentados. A Secretária Executiva Larissa Santiago  
161 leu as propostas de encaminhamento e sugeriu a sintetização em duas propostas. A primeira proposta,  
162 sobre a instalação de Comissão de Ética, foi aprovada com 21 votos favoráveis e 4 abstenções. A  
163 Conselheira Maria Júlia argumentou que se absteve da votação por acreditar que uma Comissão de  
164 Ética não é a melhor forma de tratar do ocorrido e pode criar uma divisão interna do conselho neste  
165 momento crítico em que se planeja a V CONAPIR. Ressaltou que tem tranquilidade quanto ao não  
166 envolvimento da Central Única dos Trabalhadores no vazamento. Relembrou que a Secretária  
167 Executiva Adjunta do Ministério retornou à reunião anterior do Conselho na parte da tarde, sentou-  
168 se a mesa e se manifestou, e, portanto, não foi apenas a versão da Vice-Presidenta que foi escutada.  
169 A Presidenta do Conselho Anielle Franco afirmou que entende e acolhe as pontuações da Conselheira  
170 Maria Júlia e pediu a contagem dos votos. Em seguida, a Secretária-Executiva Larissa Santiago disse  
171 que a segunda proposta de encaminhamento é o pedido de retratação pelo jornal que veiculou notícia  
172 falsa sobre o CNPIR e o arquivamento da nota do CNPIR. A Secretária lembrou que esta proposição  
173 já entra no ponto de pauta referente à discussão da nota e sugeriu que os inscritos para esse ponto  
174 fossem ouvidos antes da deliberação. O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento sugeriu os  
175 encaminhamentos de voltar atrás na decisão do pleno sobre a redação de uma nota de repúdio, bem  
176 como do Pleno redigir uma carta do Pleno pedindo retratação pelo veículo de imprensa, por ter  
177 exposto o Ministério e o Conselho com notícias falsas, o que demonstra um ataque frontal à pauta e  
178 ao Ministério da Igualdade Racial. A Conselheira Maria Júlia argumentou que o Conselho não deve  
179 se desgastar com a nota falsa do veículo de imprensa e sugeriu encaminhamento de confecção de  
180 documento expressando os fatos ocorridos na reunião e que não houve, por parte do veículo de  
181 imprensa, o cuidado de se verificar a veracidade das informações recebidas pela sua fonte. O  
182 Conselheiro Douglas Belchior saudou os presentes, expressou que participa do Conselho com muita  
183 honra a convite da Ministra, justificou que não conseguiu acompanhar as últimas reuniões do

184 Conselho e de outros espaços que participa em decorrência de uma enfermidade que tem acometido  
185 familiar próximo e argumento que pediu espaço de fala para repudiar a postura de vazamento de  
186 informações sequer verídicas e que há movimentações políticas se esforçando para desgastar a  
187 imagem do Ministério. Concordou com a instalação da Comissão de Ética e sugeriu pedido de  
188 retratação do veículo de imprensa por não ter verificado a veracidade das informações recebidas por  
189 sua fonte. A Conselheira Rosa Negra cumprimentou os pares, pediu desculpas pela repetitividade,  
190 mas que é necessário entender o que vem acontecendo no Conselho ao longo de todos os meses desde  
191 a última posse. Reforçou o pedido de maior presença do Ministério nas reuniões do Conselho e que  
192 este evento não teria acontecido caso a presença do MIR fosse constante. Ressaltou que não tem  
193 problema o Conselho revisar suas deliberações em prol de uma construção conjunta e que a sociedade  
194 civil do CNPIR está pronta e do lado do MIR para fortalecer a política de promoção da igualdade  
195 racial. O Conselheiro Anderson Quack saudou todos presentes, considerou fundamental o pedido de  
196 retratação pelo veículo de imprensa que publicou ilações e notícias falsas sobre o CNPIR e apoiou o  
197 encaminhamento de arquivamento da nota do CNPIR, para maior produtividade e exercício das  
198 competências do Conselho no que tange às políticas públicas. A Conselheira Ana Flávia Magalhães  
199 saudou a todos, argumentou que não participou da decisão de intercalação de falas entre homens e  
200 mulheres e que não é tão favorável, por entender que nesse espaço as pessoas se manifestam com  
201 base no acompanhamento das discussões e que as solicitações de fala têm a ver com isso e não que  
202 todos estão se posicionando a respeito do mesmo ponto, sugerindo que a ordem de inscrição seja a  
203 ordem de fala. Sugeriu que pedido de retratação pelo veículo de imprensa pode representar a  
204 manutenção da narrativa, posicionando-se contra este encaminhamento, e que retratação deveria vir  
205 de quem originou o documento inverídico. Expressou que sua avaliação é de que isso sirva de lição  
206 para o quanto atitudes desonestas, desrespeitosas e sem ética podem comprometer a viabilidade de  
207 essa agenda ser tratada de forma séria e respeitosa por segmentos que detêm o poder de pautar o  
208 debate público. Recomendou que o Conselho pense em uma estratégia de comunicação institucional  
209 em diálogo com veículos de imprensa negra, pautando os passos que o CNPIR tem dado, e em acordo  
210 com o manual de Comunicação Antirracista que tem sido construído pelo MIR. O Conselheiro  
211 Marcos Fábio apresentou proposta de desmembramento do encaminhamento de retratação e de  
212 arquivamento, pois possuem naturezas diferentes, e sugeriu que casos com o que ocorreu sejam  
213 registrados na Ouvidoria do Ministério. A Conselheira Daniela Luciana cumprimentou os  
214 conselheiros e questionou se eventual nota será do Ministério ou do CNPIR. Sugeriu que seja feita  
215 nota conjunta entre MIR e CNPIR, a ser publicada nas redes sociais do Ministério e enviada como

216 nota oficial a todos os veículos de imprensa. A Conselheira Bruna Ravena posicionou-se a favor do  
217 encaminhamento e reforçou a necessidade de investigação e de retratação pelo veículo de imprensa  
218 pelas fake news veiculadas. Ressaltou que há falhas na interlocução entre o MIR e o CNPIR, mas que  
219 também há construção conjunta. Expressou pedido de maior presença do Ministério nas reuniões e  
220 pediu resposta dos ofícios encaminhados pelo FONATRANS ao gabinete da Ministra. O Conselheiro  
221 Wanderson Flor do Nascimento apresentou esboço de nota conjunta, a ser publicada nas redes sociais  
222 e página do Conselho e circulada nas mídias negras, não mais enviando-a ao veículo de imprensa. A  
223 Secretaria-Executiva Larissa Santiago relembrou que os instrumentos de trabalho do Conselho são  
224 moções, resoluções e recomendações, conforme regimento interno vigente, e não nota, devendo o  
225 Pleno decidir pelo formato que julgar mais adequado. A Conselheira Daniela Luciana sugeriu que  
226 sejam dois instrumentos separados, uma moção do CNPIR e uma nota do MIR, caso considere  
227 adequado. O Conselheiro Douglas Belchior apresentou sugestão de nota, compartilhou com os  
228 Conselheiros e argumentou pela necessidade do Conselho se posicionar. O Conselheiro Igor Prazeres  
229 solicitou que a proposta de redação final seja apresentada ao Pleno, para que não haja redação  
230 posterior à deliberação, para evitar o que aconteceu anteriormente. Encerradas as falas, a Secretaria-  
231 Executiva Larissa Santiago abriu para votação a proposta de escrita de moção pelo Conselho.  
232 Enquanto os Conselheiros registravam seus votos, a Presidenta do Conselho Anielle Franco reforçou  
233 que a comunicação do Ministério é uma coisa que cabe ao Ministério, e que a nota é do Conselho. A  
234 Secretaria Executiva Larissa Santiago informou 19 votos a favor da escrita da nota e 5 abstenções. O  
235 Conselheiro Nuno Coelho argumentou que se absteve por não estar na última reunião e que por isso  
236 não conseguiu compreender na integridade todos os fatos para fazer juízo de valor. Expressou que a  
237 situação ocorrida serve de aprendizado e que o importante é o Conselho seguir, pois precisa dar  
238 andamento ao processo da V CONAPIR. O Conselheiro Igor Prazeres justificou que também se  
239 absteve pela confusão da discussão, o que o impediu de fazer juízo de valor, e por não dialogar, em  
240 qualquer instância, com o veículo de imprensa responsável pela publicação de informações falsas.  
241 Sugeriu que o Conselho dê encaminhamento à sugestão de Ana Flávia sobre a estratégia de  
242 comunicação. A Conselheira Mãe Tuca justificou que se absteve por não estar presente na reunião  
243 em que os fatos ocorreram e, portanto, não pode fazer juízo de valor. Ressaltou que concorda com a  
244 fala da Conselheira Rosa Negra sobre o escalonamento do descontentamento e que a situação sirva  
245 de aprendizado. A Secretaria-Executiva Larissa Santiago sugeriu a indicação de Conselheiro para  
246 fazer síntese das duas sugestões de textos apresentadas pelo Conselheiro Wanderson Flor e pelo  
247 Conselheiro Douglas Belchior. O Conselheiro Marcos Fábio colocou-se à disposição. O Conselheiro

248 Nuno Coelho questionou se a íntegra da nota será construída e deliberada até o final da reunião, para  
249 evitar ocorrência do mesmo problema. A Presidenta do Conselho Anielle Franco respondeu que não  
250 é viável que essa construção seja feita até o fim da reunião devido ao horário. A Conselheira Bruna  
251 Ravena relatou que no conselho de direitos humanos estadual que preside há resolução que permite  
252 regime de aprovação via votação em grupo de WhatsApp, com período definido para os conselheiros  
253 se manifestarem e com posterior anexação do resultado da votação à ata da reunião, e que, caso fosse  
254 possível o CNPIR fazer desta forma, como alternativa, para evitar que se tenha que chamar uma outra  
255 reunião extraordinária apenas para aprovar o texto. A Presidenta do Conselho Anielle Franco pediu  
256 à Secretaria Executiva do Conselho proceder com consulta sobre esta possibilidade e que seja criado  
257 um grupo de WhatsApp com todas as conselheiras e os conselheiros do Pleno. O Conselheiro  
258 Anderson Quack colocou-se à disposição para auxiliar o Conselheiro Marcos Fábio na síntese da  
259 nota. Ato seguinte, a Secretaria Executiva Larissa Santiago abriu o ponto de pauta sobre a composição  
260 das Subcomissões da V CONAPIR, cuja composição, de acordo com o atual regimento interno da V  
261 CONAPIR, é de 8 membros, incluindo os coordenadores. Relembrou a deliberação da 86<sup>a</sup> Reunião  
262 Ordinária de que os coordenadores das Subcomissões comporão a Comissão Organizadora da V  
263 CONAPIR. O Conselheiro Igor Prazeres informou que a sociedade civil dialogou antecipadamente  
264 sobre as indicações para as coordenações das Subcomissões e que apresentarão os nomes. A  
265 Conselheira Mãe Tuca apresentou as indicações para cada Subcomissão, que foram: 1. Subcomissão  
266 de Metodologia, Temas, Subtemas e Relatoria, coordenada pelo Conselheiro Airton Silva da Coalizão  
267 Negra por Direitos; 2. Subcomissão de Comunicação, coordenada pela Conselheira Elaine Toledo do  
268 Alma Preta; 3. Subcomissão de Logística, coordenada pela Conselheira Deuzílvia Cruvinel do Grupo  
269 de Mulheres Negras Dandara no Cerrado; 4. Subcomissão de Articulação, coordenada pela  
270 Conselheira Rosa Negra do Movimento Negro Unificado; e 5. Subcomissão de Mobilização,  
271 coordenada pela Conselheira Iyá Vera do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos  
272 Povos Tradicionais de Matriz Africana. A Conselheira Rosa Negra indicou a suplente Karen do MNU  
273 para a Subcomissão de Articulação. A Conselheira Mãe Tuca indicou a suplência da CCIAO para a  
274 Subcomissão de Metodologia, Temas, Subtemas e Relatoria. A Conselheira Wilma Nazaré do MEC  
275 se indicou para a Subcomissão de Metodologia, Temas, Subtemas e Relatoria. O Conselheiro  
276 Olumide Betinho indicou a RENAFRO para a Subcomissão de Mobilização. Questionou se a  
277 organização que tem assento nas subcomissões ou se o titular e a suplência podem estar em  
278 subcomissões diferentes. A Conselheira Bruna Ravena argumentou que, na última reunião, ficou  
279 combinado que não ficaria o nome do conselheiro e sim da instituição para que a suplência substitua

280 a titularidade em seus impedimentos e que o assento no conselho é das organizações e não das  
281 pessoas. O Conselheiro Nuno Coelho se indicou para a Subcomissão de Articulação e indicou a  
282 Conselheira Valdice Gomes, suplente dos APNs, para a Subcomissão de Comunicação. A  
283 Conselheira Byany Sanches indicou a RAN para a Subcomissão de Articulação. A Conselheira Maria  
284 Júlia indicou a suplente Ana Cristina da CUT para a Subcomissão de Mobilização. A Conselheira  
285 Andréia Amorim se colocou à disposição para a Subcomissão de Articulação e para a Subcomissão  
286 de Mobilização. A Secretária-Executiva Larissa Santiago disse que as Subcomissões de Articulação  
287 e de Mobilização já estão completas. O Conselheiro Igor Prazeres registrou que havia se inscrito na  
288 Subcomissão de Articulação com antecedência, contudo se dispôs à Subcomissão de Logística. O  
289 Conselheiro Olumide Betinho indicou o Conselheiro Baba Diba, titular da RENAFRO, para a  
290 Subcomissão de Logística. A Conselheira Bruna Ravena indicou o FONATRANS para a  
291 Subcomissão de Logística. O Conselheiro Marcos Fábio registrou que havia se inscrito na  
292 Subcomissão de Articulação. O Conselheiro Igor Prazeres lembrou o discurso da Conselheira Bruna  
293 Ravena sobre a deliberação de que a indicação seria da instituição, e não de titulares e suplentes para  
294 Subcomissões diferentes. Sugeriu que o Pleno decida como será de fato para evitar posterior  
295 questionamento. A Secretária Executiva Larissa Santiago reforçou que é necessário que decidam por  
296 nomes para que constem nas resoluções de composição das Subcomissões. A Conselheira Ludymilla  
297 Chagas se indicou para a Subcomissão de Comunicação e para a Subcomissão de Mobilização. A  
298 Conselheira Anna Benite expressou que ainda está em dúvida se deve colocar o nome da instituição  
299 ou dos representantes, e que por isso ainda não fez a indicação, considerando que a titular da sua  
300 entidade já está na Subcomissão de Logística. A Secretária Executiva Larissa Santiago argumentou  
301 que o Pleno precisa decidir a melhor forma das composições e sugeriu a possibilidade de as entidades  
302 serem indicadas e na resolução constem os titulares, sem necessidade de indicação de suplentes, que  
303 seriam os substitutos no caso de ausência de titulares. O Conselheiro Afonso Dias informou que havia  
304 se inscrito via chat para a Subcomissão de Articulação, porém entendendo que a Subcomissão já está  
305 fechada, inscreveu o ENEGRECER na Subcomissão de Comunicação. O Conselheiro Olumide  
306 Betinho retirou a inscrição da RENAFRO da Subcomissão de Logística. O Conselheiro Nuno Coelho  
307 relembrou que a metodologia das conferências anteriores permitia que todos os conselheiros titulares  
308 e suplentes compunham a comissão organizadora da conferência, que não havia limitação de  
309 participantes nas subcomissões e que o mais importante eram as pessoas cumprirem as tarefas. O  
310 Conselheiro Igor Prazeres reforçou que houve uma discussão na última reunião do Conselho sobre a  
311 subdivisão de titulares e suplentes nas subcomissões. Relembrou que levantou a discussão de que o

312 regimento da V CONAPIR previa a composição das subcomissões por 7 (sete) pessoas e que propôs  
313 e deliberou-se a ampliação para 9 (nove) pessoas, para que todos os titulares e suplentes se dividissem  
314 em todas as subcomissões. Sugeriu que esta metodologia fosse colocada em prática para o Conselho  
315 não ferir a deliberação da reunião anterior. A Secretária-Executiva Larissa Santiago argumentou que  
316 a fala do Conselheiro Igor Prazeres corrobora com a fala do Conselheiro Nuno Coelho sobre a  
317 experiência dos últimos regimentos internos. Relembrou que, na reunião passada, se debateu sobre a  
318 dificuldade de deliberação caso todos estivessem na Comissão Organizadora conforme regimento  
319 interno aprovado anteriormente. Ressaltou que seriam 43 conselheiros titulares e suplentes da  
320 sociedade civil, uma vez que os notório-saberes não possuem suplência, e por isso deliberou-se pela  
321 Comissão Organizadora com 9 membros, composta pelos coordenadores das Subcomissões da V  
322 CONAPIR. Reforçou a importância das subcomissões, que terão 9 pessoas, contar com a presença do  
323 poder público e da sociedade civil. Diante do horário, questionou se algum conselheiro tinha alguma  
324 proposta mais pragmática para complementação das composições e se o Conselho está de acordo que,  
325 de praxe, as deliberações sejam pelos nomes dos titulares, substituídos pelos seus respectivos  
326 suplentes nas ausências. A Conselheira Bruna Ravena relembrou que tinham definido sobre os  
327 coordenadores das Subcomissões da V CONAPIR serem as pessoas que iriam compor a Comissão  
328 Organizadora da V CONAPIR, junto com a Presidenta para facilitar as deliberações, inclusive devido  
329 à falta de senso comum e do prolongamento das reuniões para além dos prazos rotineiramente. O  
330 Conselheiro Igor Prazeres indicou que, após conversa com a suplência, a CONEN se coloca à  
331 disposição para compor a Subcomissão de Articulação. O Conselheiro Afonso Dias questionou se  
332 ainda teria vaga na Subcomissão de Mobilização, uma vez que tinha entendido que não havia mais  
333 vaga para sociedade civil. A Secretária-Executiva Larissa Santiago confirmou a disponibilidade. O  
334 Conselheiro Afonso Dias confirmou interesse do ENEGRECER em compor a Subcomissão de  
335 Mobilização. O Conselheiro Igor Prazeres informou que o Conselheiro Antônio Herculano do CEN-  
336 BA não está na reunião, porém mandou mensagem se disponibilizando a participar da Subcomissão  
337 de Logística. A Secretária-Executiva Larissa Santiago leu indagação do Conselheiro Nuno Coelho  
338 sobre a Coordenação Executiva fazer ou não parte da Comissão Organizadora. Em resposta, informou  
339 sobre a necessidade de prever como será esta relação no Regimento Interno da V CONAPIR.  
340 Lembrou que neste momento estão dialogando sobre a participação dos conselheiros nas  
341 Subcomissões e na Comissão Organizadora, porém que é preciso se pensar na participação de  
342 representantes de Ministérios nesses grupos e na Coordenação Executiva para construção conjunta  
343 da V CONAPIR. O Conselheiro Nuno Coelho indagou sobre a finalidade da Coordenação Executiva

344 e se ela exerce a instância de coordenação da Comissão Organizadora, entendendo que, caso não seja  
345 a instância de coordenação, não haveria necessidade de sua existência. Questionou quem seria essa  
346 instância e se seria o próprio Pleno do CNPIR, lembrando a dificuldade que seria reunir o Pleno com  
347 muita recorrência devido à quantidade elevada de integrantes. A Vice-Presidente Maria Duarte  
348 cumprimentou a todos, justificou sua ausência parcial da reunião por ter estado em processo de  
349 médico, mas informou que estava acompanhando as discussões. Em seguida, retomou a deliberação  
350 plenária da reunião anterior pela manutenção da Coordenação Executiva já existente, com o  
351 entendimento de que é a instância de execução/coordenação dos assuntos da V CONAPIR para a qual  
352 as Subcomissões irão recorrer em caso de urgência. A Secretaria-Executiva Larissa da Cruz Santiago  
353 lembrou do avançar do horário e que havia itens da pauta da reunião ainda não debatidos, que são a  
354 Recomendação referente ao PL de Cotas no Serviço Público e o outro um informe sobre o G20. Em  
355 seguida, apresentou, como proposta de encaminhamento, que a Secretaria Executiva encaminhe a  
356 relação das Subcomissões e dos conselheiros que se colocaram à disposição por e-mail e pela lista de  
357 transmissão, para que analisem e complementem os nomes. O Conselheiro Marcos Fábio retomou o  
358 assunto da escrita do documento aprovado no primeiro item de pauta e sugeriu que seria importante  
359 a definição de uma data de entrega. A Secretaria-Executiva Larissa Santiago solicitou que o  
360 conselheiro redigisse ou informasse a proposta de encaminhamento. O Conselheiro Nuno Coelho  
361 sugeriu que a Secretaria-Executiva do CNPIR fizesse o informe do G20, por se tratar apenas de uma  
362 comunicação, e que eles deliberariam posteriormente se houvesse alguma necessidade de decisão. A  
363 Secretaria-Executiva Larissa Santiago informou que o Conselho recebeu, por meio de ofício, convite  
364 da Secretaria-Geral da Presidência da República para que os conselheiros do CNPIR contribuíssem,  
365 por meio do preenchimento de um formulário sobre pautas a serem levadas para consideração para  
366 as próximas discussões do G20. Adicionalmente, informou que a Secretaria-Executiva enviará,  
367 também, formulário para contribuições para o GT do Pacto pela Igualdade Racial e formulário  
368 referente ao Plano Clima. Por fim, argumentou que todos os formulários serão enviados por e-mail  
369 para o Pleno do CNPIR, com os respectivos prazos. O Conselheiro Marcos Fábio propôs que o  
370 documento fosse formulado e encaminhado aos demais conselheiros e conselheiras para apreciação,  
371 até o meio-dia do dia 12 de junho de 2024, para publicação no dia seguinte após avaliação do Pleno.  
372 Não havendo manifestações contrárias com a proposição do Conselheiro Marcos Fábio, a Vice-  
373 Presidenta Maria Duarte declarou a concordância do Pleno com os prazos. O Conselheiro Nuno  
374 Coelho questionou se algum assunto ficou pendente de discussão. A Secretaria-Executiva Larissa  
375 Santiago informou que restou a discussão sobre o PL de Cotas, ressaltando que o projeto está em

376 tramitação na Câmara dos Deputados, que na data anterior ocorreu uma audiência pública sobre o  
377 tema e que este tema poderia ser pautado em próxima reunião no interesse do Conselho. Além disso,  
378 lembrou sobre a necessidade de pautar os objetivos e a composição para instituição da Comissão de  
379 Ética deliberada. A Vice-Presidenta Maria Duarte agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.